



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

**ANEXO XI.C - MINUTA DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS - CONTA DOS RECURSOS DA
RECOMPOSIÇÃO**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

[•], 202[•]

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Representado pela SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS - SPI

[CONCESSIONÁRIA]

[AGÊNCIA REGULADORA]

[BANCO DEPOSITÁRIO]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS – CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

Referente à Concessão de Uso do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS – CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO¹

Pelo presente Instrumento Particular de CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS (“CONTRATO”), as PARTES:

- (1) O Governo do Estado de São Paulo, neste ato representado pela SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS - SPI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [▪], com sede na Rua [▪], por meio do(a) Sr(a)., portador(a) do RG nº [▪] e CPF nº [▪] (“PODER CONCEDENTE”);
- (2) [▪], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [▪], com sede na Rua [▪], por meio do(a) Sr(a)., portador(a) do RG nº [▪] e CPF nº [▪] (“CONCESSIONÁRIA”);
- (3) A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP, autarquia em regime especial, criada pela Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.538.438/0001-53, com sede na Rua Cristiano Viana nº 428, Pinheiros, São Paulo – SP, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, [•], portador do RG nº [•] e CPF/MF nº [•] (“AGÊNCIA REGULADORA”); e
- (4) [▪], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [▪], com sede na Rua [▪], por meio do(a) Sr(a)., portador(a) do RG nº [▪] e CPF nº [▪] (“BANCO DEPOSITÁRIO”), na qualidade de BANCO DEPOSITÁRIO e administrador das contas objeto do presente CONTRATO, doravante denominados, individual e indistintamente, de “PARTE”;

CONSIDERANDO QUE:

- (A) o PODER CONCEDENTE, representado pela SPI, e a CONCESSIONÁRIA, com a interveniência-anuência da AGÊNCIA REGULADORA, celebraram o CONTRATO DE CONCESSÃO nº [▪], com data de [▪] (“CONTRATO DE CONCESSÃO”), referente à CONCESSÃO de uso dos bens públicos integrantes do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro de Campos do Jordão – EFCJ;
- (B) nos termos do item 16.5, “vii”, do Edital da Concorrência Internacional nº [•] (“EDITAL”), como condição para a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, foi aberta a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, de titularidade do PODER CONCEDENTE, cuja movimentação será regulada por meio do presente

¹ Essa é uma minuta referencial, podendo eventualmente sofrer ajustes ou adequações pactuadas entre a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA, quando da celebração deste CONTRATO, a fim de assegurar que as premissas materiais do funcionamento da conta bancária aqui disciplinada sejam atendidas de forma adequada.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

instrumento;

- (C) nos termos do item 16.5, “ix”, do EDITAL, também como condição para assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA depositou na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO o valor bruto da OUTORGA FIXA ofertada na PROPOSTA COMERCIAL, considerando o ágio, devidamente atualizado pela variação do IPCA, entre o mês anterior à data-base de [•] e o mês anterior ao do efetivo pagamento;
- (D) nos termos da Cláusula 33.1 do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA será responsável pela execução dos EMPREENDIMENTOS, relacionados nos ANEXOS II.C e XI.A do CONTRATO DE CONCESSÃO; e
- (E) nos termos das Cláusulas 19.2 e 19.2.1 do CONTRATO DE CONCESSÃO, os custos para execução dos EMPREENDIMENTOS são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, porém, como forma de auxílio ao custeio dos EMPREENDIMENTOS, nos termos do art. 21 da Lei Federal nº 4.320/1964, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, nos valores indicados no ANEXO XI.A do CONTRATO DE CONCESSÃO, proporcionalmente à conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS ali previstos, conforme o regramento constante do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO;

RESOLVEM as PARTES assinar o presente CONTRATO, com o objetivo de disciplinar as movimentações e o funcionamento da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, nos termos disciplinados abaixo.

1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo quando houver disposição em contrário, os termos, frases e expressões redigidos em caixa alta ou com inicial em maiúscula, sem prejuízo de outras definições, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o ANEXO XIII do CONTRATO DE CONCESSÃO. Além disso, os termos relacionados a seguir deverão ser compreendidos de acordo com os significados indicados abaixo:

BANCO DEPOSITÁRIO	Instituição financeira revestida de poderes para realizar a movimentação de recursos e a administração das contas bancárias de que trata o presente CONTRATO, selecionado, contratado e remunerado pela CONCESSIONÁRIA.
CONCLUSÃO PLENA	Marco a ser atestado pelo AUDITOR INDEPENDENTE e pela AGÊNCIA REGULADORA, que confirma que um ou mais PACOTE(S) DE INVESTIMENTO(S) indicado(s) na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO foi(ram) devidamente concluído(s), em conformidade com as exigências do CONTRATO e de seus ANEXOS, não restando quaisquer inconformidades a serem sanadas.
CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO	A conta corrente nº [•], de titularidade do PODER CONCEDENTE, na Agência [•] do [banco].
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE	A conta corrente nº [•], de titularidade do PODER CONCEDENTE, na Agência [•] do [banco].

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	A conta corrente nº [▪], de titularidade da CONCESSIONÁRIA, na Agência [▪] do [banco].
CONTAS DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO	A totalidade das CONTAS DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, quando referidas em conjunto, ou seja, a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE e a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA.
CONTRATO DE CONCESSÃO	Tem o significado indicado no Considerando “A”.
CONTRATO	O presente Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas.
DOCUMENTOS DA CONCESSÃO	A totalidade dos documentos celebrados com o PODER CONCEDENTE, com a interveniência-anuência da AGÊNCIA REGULADORA, relacionados à CONCESSÃO, incluindo, mas não se limitando ao CONTRATO DE CONCESSÃO, ao EDITAL e ao presente CONTRATO, juntamente com todos os documentos ANEXOS e acessórios aos referidos instrumentos.
INVESTIMENTOS PERMITIDOS	São os seguintes investimentos: (i) títulos públicos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI; (ii) títulos privados pós-fixados emitidos por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI; e (iii) cotas de fundo de investimento administrados por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens (i) e (ii), e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.
NOVO BANCO DEPOSITÁRIO	É o agente financeiro substituto do BANCO DEPOSITÁRIO que renuncie ao exercício de suas funções previstas no presente CONTRATO, passando a assumir tais funções.
NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO	Notificação a ser emitida pela CONCESSIONÁRIA para comunicar a conclusão de determinado(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTOS, nos termos do item 3.3 do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO.
NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO	Notificação a ser emitida pelo AUDITOR INDEPENDENTE para atestar a CONCLUSÃO PLENA ou a CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, nos termos do item 3.4 do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO.
NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO	Notificação a ser emitida pela AGÊNCIA REGULADORA para determinar o pagamento da(s) parcela(s) dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO devida(s) à

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

	CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO.
--	--

1.2. Nenhuma das Cláusulas do presente CONTRATO altera ou modifica quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA com relação ao PODER CONCEDENTE ou à AGÊNCIA REGULADORA, tal como estabelecidas no CONTRATO DE CONCESSÃO e em seus ANEXOS.

2. CONTA BANCÁRIA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

2.1. O BANCO DEPOSITÁRIO, neste ato, declara expressamente que a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, de titularidade do PODER CONCEDENTE, foi devidamente aberta de acordo com as normas específicas aplicáveis, estando apta para a realização das movimentações previstas no presente CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI.

2.1.1. A CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO deverá ser mantida por todo o PRAZO DA CONCESSÃO, às expensas da CONCESSIONÁRIA.

2.2. A CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO será movimentável exclusivamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO, observadas as disposições deste CONTRATO, do CONTRATO DE CONCESSÃO e do seu ANEXO XI.

2.3. O PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA se obrigam a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO relativas à CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO em desconformidade com o disposto neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI.

2.3.1. O BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados da CONCESSIONÁRIA e da AGÊNCIA REGULADORA, desde que estejam em acordo com as determinações deste CONTRATO, do CONTRATO DE CONCESSÃO e do seu ANEXO XI.

2.4. A CONCESSIONÁRIA não poderá onerar ou constituir qualquer direito ou preferência sobre a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.

2.4.1. As PARTES concordam que a CONCESSIONÁRIA poderá constituir gravame sobre a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, os recursos nela depositados e/ou os direitos creditórios dela decorrentes, para garantir suas obrigações com terceiros, observado o disposto no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI.

2.5. As PARTES concordam que as transferências previstas neste CONTRATO deverão ser realizadas pelo BANCO DEPOSITÁRIO mediante a apresentação, pela AGÊNCIA REGULADORA, da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, nos termos disciplinados neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI, sem necessidade de qualquer autorização ou confirmação adicional pelas demais PARTES.

3. DEPÓSITO NA CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

3.1. A CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO é uma conta de movimentação restrita, aberta

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

exclusivamente com a finalidade de concentrar os RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO e realizar sua liberação, em periodicidade semestral, proporcionalmente à conclusão e à certificação dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, em conformidade com o disposto neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI.

- 3.1.1. O BANCO DEPOSITÁRIO não poderá realizar qualquer movimentação da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO em desacordo com o previsto neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI.
- 3.2. Nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e do seu ANEXO XI, serão depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO: (i) o valor bruto da OUTORGA FIXA ofertada na PROPOSTA COMERCIAL da CONCESSIONÁRIA, apresentada na LICITAÇÃO, no montante de [•] ([•]), considerando o ágio, devidamente atualizado pela variação do IPCA, entre o mês anterior à data-base de [•] e o mês anterior ao do efetivo pagamento, nos termos do item 16.5, “ix”, do EDITAL; e (ii) os valores a serem transferidos pelo PODER CONCEDENTE para pagamento das parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO indicadas no ANEXO XI.A do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 4.3, “ii” e “iii”.

4. MOVIMENTAÇÕES DA CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO

- 4.1. O ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO disciplina o procedimento de avaliação e certificação dos PACOTES DE INVESTIMENTO realizados pela CONCESSIONÁRIA, com a participação do AUDITOR INDEPENDENTE e da AGÊNCIA REGULADORA.
- 4.2. Nos termos do item 3.1 do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO, as parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO previstas no ANEXO XI.A do CONTRATO DE CONCESSÃO serão pagas à CONCESSIONÁRIA uma vez a cada semestre, observado o disposto nas Cláusulas 4.1.1 e 4.1.2 abaixo, desde que: (i) tenha sido certificada a CONCLUSÃO PLENA de um ou mais PACOTES DE INVESTIMENTO previstos no ANEXO XI.A do CONTRATO DE CONCESSÃO; e (ii) tenha sido emitida a correspondente NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, conforme regrado no ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO.
 - 4.1.1. A primeira janela de pagamento dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO ocorrerá no prazo de 6 (seis) meses contados da data de assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO. As demais janelas de pagamento ocorrerão uma vez a cada semestre, a partir da janela inicial.
 - 4.1.2. O valor máximo que será disponibilizado à CONCESSIONÁRIA a título de RECURSOS DE RECOMPOSIÇÃO em uma mesma janela de pagamento será correspondente ao indicado para o respectivo semestre no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO aprovado. Superado o referido limite, o montante excedente será disponibilizado na próxima janela de pagamento, nos termos da Cláusula 4.1.1, desde que sejam cumpridos os demais requisitos previstos no ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO, observada a hipótese de antecipação prevista no item 3.7 do referido ANEXO XI.
 - 4.1.3. Nos termos do item 3.3 e respectivos subitens do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, à AGÊNCIA REGULADORA e ao AUDITOR INDEPENDENTE a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, contemplando o(s) PACOTE(S) INVESTIMENTOS que tenha(m) sido concluído(s) no último mês. A NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO será avaliada pelo AUDITOR INDEPENDENTE e pela AGÊNCIA REGULADORA, nos termos dos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

itens 3.4 e 3.5 do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO.

- 4.1.4. Conforme disposto no item 3.5.3 do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO, caso a AGÊNCIA REGULADORA entenda pela CONCLUSÃO PLENA de um ou mais PACOTES DE INVESTIMENTOS indicados na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, ela deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, emitir a correspondente NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, indicando o valor a ser pago à CONCESSIONÁRIA a título de RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.
- 4.1.5. Nos termos do item 3.5.5 do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO, caso a AGÊNCIA REGULADORA não se manifeste sobre a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO no prazo indicado no item 3.5 do referido ANEXO XI, o AUDITOR INDEPENDENTE, a título preliminar e precário, emitirá diretamente a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO. Nesse caso, será aplicável o regramento previsto no item 3.5.5 do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO, inclusive no que se refere à possibilidade de serem realizados ajustes em NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO futuras caso a AGÊNCIA REGULADORA venha a contestar a avaliação do AUDITOR INDEPENDENTE acerca da CONCLUSÃO PLENA do(s) PACOTE(S) DE INVESTIMENTO em questão.
- 4.1.6. Conforme disposto no item 3.6 do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO, em cada janela de pagamento, a AGÊNCIA REGULADORA encaminhará ao BANCO DEPOSITÁRIO a(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE PAGAMENTO relativa(s) aos PACOTES DE INVESTIMENTO concluídos e certificados nos últimos 6 (seis) meses, para que o BANCO DEPOSITÁRIO proceda ao pagamento das respectivas parcelas dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO devidas à CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 4.3, observado o limite previsto no item 3.1.2 do ANEXO XI do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 4.3. Recebida(s) a(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE PAGAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá, em até 2 (dois) dias úteis, adotar as seguintes medidas:
- I. se o saldo disponível na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO for suficiente para pagamento da(s) parcela(s) dos RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO devida(s) à CONCESSIONÁRIA, informada(s) na(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE PAGAMENTO, transferir o respectivo montante da CONTA DE RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA;
 - II. se houver saldo disponível na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, porém insuficiente para fazer frente ao pagamento da(s) parcela(s) do(s) RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO devida(s) à CONCESSIONÁRIA, transferir o valor existente da CONTA DE RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA e notificar o PODER CONCEDENTE para que deposite o montante residual na CONTA DE RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, no prazo de até 30 (trinta) dias; e
 - III. se não houver saldo disponível na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, notificar o PODER CONCEDENTE para que deposite, na referida conta, o montante integral indicado na(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE PAGAMENTO, no prazo de até 30 (trinta) dias.
- 4.4. Na hipótese dos incisos “ii” e “iii” da Cláusula 4.3, uma vez depositado o valor devido pelo PODER CONCEDENTE na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferi-lo para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 4.5. Havendo atraso por parte do PODER CONCEDENTE na realização dos depósitos referidos nos incisos “ii” e “iii” da Cláusula 4.3, o respectivo valor deverá ser acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar do encerramento do prazo previsto nos incisos “ii” e “iii” da Cláusula 4.3 até o seu efetivo depósito na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.
- 4.6. A CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO terá sua movimentação condicionada ao disposto neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI, cabendo à CONCESSIONÁRIA arcar integralmente com todos os encargos e taxas relacionados à manutenção da referida conta, bem como à remuneração do BANCO DEPOSITÁRIO.
- 4.7. As PARTES poderão pactuar os termos e condições para a criação e operacionalização de contas específicas para a movimentação de recursos oriundos da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, após a devida apuração do recurso a ser movimentado, considerando a sua finalidade específica.
- 4.8. A criação de contas específicas de que trata a Cláusula 4.7 acima não altera as prerrogativas das PARTES quanto à movimentação dos recursos envolvidos.
- 4.9. O PODER CONCEDENTE, neste ato, outorga ao BANCO DEPOSITÁRIO todas as autorizações necessárias para movimentar a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, nos termos do presente CONTRATO.
- 4.10. O PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA terão acesso imediato, por meio eletrônico, às informações da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.
- 4.11. Para os fins deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE renuncia ao direito de sigilo bancário em relação às informações da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, de acordo com o artigo 1º, § 3º, inciso V, da Lei Complementar nº 105/2001, autorizando o BANCO DEPOSITÁRIO a informar à AGÊNCIA REGULADORA e à CONCESSIONÁRIA os dados necessários, para os fins do CONTRATO, relacionados com a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, os quais deverão ser utilizados exclusivamente para fins de verificação de regularidade contratual, comprometendo-se os entes recebedores a manter sigilo das informações obtidas, salvo para cumprimento de obrigações contratuais e legais.
- 4.12. Sempre que solicitado pela AGÊNCIA REGULADORA, pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações ou documentos sobre a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, incluindo saldos, extratos, depósitos e transferências.

5. INVESTIMENTOS PERMITIDOS

- 5.1. As PARTES concordam que o PODER CONCEDENTE poderá solicitar a aplicação dos valores depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO em INVESTIMENTOS PERMITIDOS, desde que tais valores não tenham sido objeto de transferência ou não estejam programados para transferência nos termos deste CONTRATO, do CONTRATO DE CONCESSÃO e do seu ANEXO XI.
- 5.2. As aplicações em INVESTIMENTOS PERMITIDOS deverão observar a legislação vigente e apresentar a liquidez necessária para permitir a utilização de tais montantes pelo BANCO DEPOSITÁRIO, conforme

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

previsto neste CONTRATO e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO, sendo que:

- I. todas as aplicações em INVESTIMENTOS PERMITIDOS serão realizadas com recursos da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta;
 - II. os rendimentos oriundos dos INVESTIMENTOS PERMITIDOS, deduzidos os tributos e as despesas devidas, serão creditados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO;
 - III. as PARTES isentam o BANCO DEPOSITÁRIO de qualquer responsabilidade caso o saldo disponível na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO não seja aplicado por ausência de envio de solicitação pelo PODER CONCEDENTE;
 - IV. o BANCO DEPOSITÁRIO não agirá na qualidade de consultor financeiro da CONCESSIONÁRIA, do PODER CONCEDENTE ou da AGÊNCIA REGULADORA; e
 - V. os recursos depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO somente poderão ser investidos em INVESTIMENTOS PERMITIDOS caso estes estejam estritamente de acordo com os termos dispostos neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI.
- 5.3. A aplicação em INVESTIMENTOS PERMITIDOS somente será realizada no primeiro dia útil subsequente ao recebimento da respectiva solicitação enviada pelo PODER CONCEDENTE, na qualidade de titular da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, desde que os recursos estejam disponíveis na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO no dia do recebimento da solicitação.
- 5.4. As autorizações para realização e resgate de INVESTIMENTOS PERMITIDOS deverão ser realizadas mediante envio de solicitação à gerência responsável do BANCO DEPOSITÁRIO, por meio do endereço eletrônico [■].
- 5.4.1. As solicitações deverão ser enviadas até às [■] horas para serem cumpridas no mesmo dia. Solicitações enviadas após tal horário serão processadas no dia útil subsequente.

6. DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS

- 6.1. O PODER CONCEDENTE manterá, na qualidade de fiel depositário, a posse de todos os documentos relacionados com a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, incluindo demonstrativos de saldos e extratos e documentos celebrados com o BANCO DEPOSITÁRIO para abertura e manutenção da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.
- 6.2. O PODER CONCEDENTE deverá praticar todos os atos necessários à existência e à boa conservação dos documentos referidos na Cláusula 6.1 acima.

7. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

- 7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:
 - I. remunerar o BANCO DEPOSITÁRIO pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, nos termos da Cláusula 11.4;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- II. arcar com todos os encargos e taxas para garantir a manutenção da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO por todo o PRAZO DA CONCESSÃO;
- III. não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO relativas à movimentação da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO em desconformidade com o disposto neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI;
- IV. dar ciência, por escrito, dos termos e condições deste CONTRATO e dos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO a seus administradores e prepostos, para que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições;
- V. encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA informações sobre qualquer negócio jurídico, deliberação societária ou medida que possa afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste CONTRATO;
- VI. informar, em até 1 (um) dia útil, ao BANCO DEPOSITÁRIO à AGÊNCIA REGULADORA, o conhecimento de: (a) qualquer informação que possa resultar em bloqueio ou oneração da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO; ou (b) qualquer ato ou informação que possa, de qualquer forma, prejudicar o cumprimento do presente CONTRATO;
- VII. durante o período de vigência do presente CONTRATO, manter verdadeiras as declarações prestadas neste instrumento;
- VIII. manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações eventualmente necessárias à execução deste CONTRATO;
- IX. cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente CONTRATO; e
- X. não ceder direitos ou constituir ônus, gravames, encargos, restrições ou preferências de qualquer natureza sobre a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.

8. OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

- 8.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE obriga-se a:
 - 8.1.1. manter a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO ativa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, gravames, encargos ou restrições, de qualquer natureza, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO;
 - 8.1.2. praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO e todos os direitos dela decorrentes contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que o PODER CONCEDENTE venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa os termos do presente CONTRATO;
 - 8.1.3. em caso de renúncia pelo BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos da Cláusula 11.1.2, aprovar a contratação de instituição financeira substituta; e
 - 8.1.4. não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO relativas à movimentação da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO em desconformidade com o disposto neste CONTRATO, no CONTRATO DE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

CONCESSÃO e no seu ANEXO XI.

9. OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a AGÊNCIA REGULADORA obriga-se a:

- 9.1.1. não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO relativas à movimentação da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO em desconformidade com o disposto neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI; e
- 9.1.2. emitir e apresentar a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO ao BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos disciplinados neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. A CONCESSIONÁRIA declara e garante que:

- I. é sociedade devidamente constituída de acordo com as leis e os regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- II. tem capacidade para firmar este CONTRATO e de praticar os atos nele previstos;
- III. foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos societários necessários para que o presente CONTRATO fosse validamente assinado;
- IV. a celebração deste CONTRATO e a assunção das obrigações dele decorrentes estão de acordo com seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- V. as pessoas que assinam este CONTRATO em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas; e
- VI. a celebração deste CONTRATO e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial: (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste CONTRATO dos quais a CONCESSIONÁRIA, suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que, na data de assinatura deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA, suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade a elas pertencente estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial que, na data de assinatura deste CONTRATO, afete a CONCESSIONÁRIA, suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de a elas pertencentes.

10.2.O BANCO DEPOSITÁRIO declara e garante que:

- I. a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO foi devidamente aberta de acordo com as normas

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

específicas aplicáveis, estando apta para a realização das movimentações previstas no presente CONTRATO e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO;

- II. é instituição financeira devidamente constituída e autorizada a funcionar de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- III. tem capacidade para firmar este CONTRATO e praticar os atos nele contemplados, tendo todas as autorizações regulatórias necessárias para a prática dos atos previstos neste CONTRATO;
- IV. foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos necessários para que o presente CONTRATO fosse validamente assinado;
- V. a celebração deste CONTRATO e a assunção das obrigações dele decorrentes estão de acordo com seus atos constitutivos e têm plena eficácia; e
- VI. as pessoas que assinam este CONTRATO em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas.

10.3.O PODER CONCEDENTE declara e garante que:

- I. é o único titular da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, que, na presente data, está livre e desembaraçada de quaisquer ônus, gravames, encargos ou restrições, de qualquer natureza; e
- II. a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO não é, na data de assinatura deste CONTRATO, objeto de qualquer ação judicial, extrajudicial ou administrativa que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e/ou os termos do presente CONTRATO.

11. DO BANCO DEPOSITÁRIO

- 11.1. Por meio deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO é nomeado para prestar os serviços de custódia dos recursos financeiros depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, sendo o único e exclusivo responsável pela movimentação dos recursos mantidos na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, em estrita obediência ao disposto neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e no seu ANEXO XI.
- 11.1.1. O BANCO DEPOSITÁRIO poderá renunciar livremente ao exercício de suas funções, mediante simples notificação ao PODER CONCEDENTE, à AGÊNCIA REGULADORA e à CONCESSIONÁRIA, a ser entregue com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua efetiva exoneração, permanecendo investido de todas as atribuições inerentes à custódia dos recursos financeiros depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, até a sua efetiva substituição.
- 11.1.2. Caso o BANCO DEPOSITÁRIO renuncie ao exercício de suas funções antes do término de vigência deste CONTRATO, caberá à CONCESSIONÁRIA, com o consentimento do PODER CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação de renúncia, contratar outra instituição financeira, permanecendo o BANCO DEPOSITÁRIO no exercício de suas atribuições até a sua efetiva substituição.
- 11.1.3. Os respectivos deveres e obrigações previstos neste CONTRATO deverão continuar a ser integralmente cumpridos pelo BANCO DEPOSITÁRIO que houver renunciado, nos termos da Cláusula

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

11.1.1, até a data em que ocorrer a sua efetiva substituição e até a transferência completa da posse e controle da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO e da respectiva documentação, sendo que, na data de substituição, os recursos existentes na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, bem como toda a documentação relacionada a tal conta, deverão ser transferidos ao NOVO BANCO DEPOSITÁRIO.

11.1.4. A substituição mencionada na Cláusula 11.1.3 acima ocorrerá mediante a assinatura de termo aditivo ao presente CONTRATO, por meio do qual o BANCO DEPOSITÁRIO cederá sua posição contratual ao NOVO BANCO DEPOSITÁRIO, ficando a nova instituição financeira investida em todos os direitos, poderes, privilégios e deveres do BANCO DEPOSITÁRIO no âmbito do presente CONTRATO.

11.1.5. Em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da assinatura do aditivo contratual de que trata a Cláusula 11.1.4 acima, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá resgatar a totalidade dos valores investidos nos INVESTIMENTOS PERMITIDOS e transferir qualquer saldo existente na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO para nova conta a ser indicada, observada as regras de movimentação previstas neste CONTRATO.

11.2. Sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá:

- I. atender, independentemente de anuência ou consulta prévia da CONCESSIONÁRIA, todas as ordens do PODER CONCEDENTE e da AGÊNCIA REGULADORA que estejam expressamente amparadas pelos DOCUMENTOS DA CONCESSÃO, devendo, inclusive transferir recursos da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, na forma prevista neste CONTRATO, no CONTRATO DE CONCESSÃO e em seus ANEXOS;
- II. zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste CONTRATO e observar, em sua execução, as disposições deste CONTRATO; e
- III. permanecer no exercício de suas funções em caso de sua substituição, até a celebração de novo aditamento ao presente CONTRATO.

11.3. As PARTES concordam de forma irrevogável e irretratável que:

- I. este CONTRATO dispõe expressamente sobre todas as atribuições do BANCO DEPOSITÁRIO com relação a todas e quaisquer questões pertinentes a este CONTRATO;
- II. o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável, salvo por dolo devidamente comprovado, por quaisquer prejuízos, obrigações, reivindicações, ações, danos e despesas, inclusive honorários advocatícios e desembolsos razoáveis, oriundos de ou relacionados a este CONTRATO;
- III. o BANCO DEPOSITÁRIO é ora autorizado a obedecer e a cumprir todas as medidas, mandados, sentenças ou decisões expedidas por autoridade judicial que afetem a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, obrigando-se a informar, imediatamente, à CONCESSIONÁRIA e à AGÊNCIA REGULADORA sobre o teor da determinação atendida;
- IV. o BANCO DEPOSITÁRIO terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme previsto neste CONTRATO, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação, obrigando-se a informar, imediatamente, à CONCESSIONÁRIA à

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

AGÊNCIA REGULADORA sobre o teor da determinação atendida;

- V. o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável perante qualquer das PARTES em virtude do cumprimento dos mandados, sentenças ou decisões judiciais referidos no item acima, não obstante estes mandados, sentenças ou decisões judiciais sejam posteriormente alterados, revogados ou anulados, obrigando-se a informar, imediatamente, à CONCESSIONÁRIA e à AGÊNCIA REGULADORA sobre o teor da determinação atendida;
- VI. o BANCO DEPOSITÁRIO não prestará qualquer declaração quanto à validade, valor ou autenticidade de qualquer documento ou instrumento detido por ou a ele entregue;
- VII. a CONCESSIONÁRIA pagará ou reembolsará o BANCO DEPOSITÁRIO, mediante solicitação, de quaisquer tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a operacionalização deste CONTRATO, bem como indenizará e isentará o BANCO DEPOSITÁRIO de quaisquer valores que este seja obrigado a pagar no tocante a referidos tributos, desde que devidamente comprovados;
- VIII. o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível;
- IX. o BANCO DEPOSITÁRIO não está obrigado a verificar a veracidade das notificações que lhe forem entregues pelas demais PARTES e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos delas decorrentes;
- X. o BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações deste CONTRATO, do CONTRATO DE CONCESSÃO e dos seus ANEXOS;
- XI. o BANCO DEPOSITÁRIO não será responsável se os valores depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO forem bloqueados por ordem judicial; e
- XII. o BANCO DEPOSITÁRIO não terá responsabilidade em relação a qualquer outro instrumento celebrado entre a CONCESSIONÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA e o PODER CONCEDENTE, não devendo, sob nenhum pretexto ou fundamento, ser chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as PARTES ou intérprete das condições ali estabelecidas.

11.4. As PARTES concordam que as disposições relacionadas à remuneração devida ao BANCO DEPOSITÁRIO em função dos serviços prestados nos termos deste CONTRATO deverão ser estabelecidas e cumpridas de comum acordo entre a CONCESSIONÁRIA e o BANCO DEPOSITÁRIO, não gerando qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE ou para a AGÊNCIA REGULADORA.

12. VIGÊNCIA

12.1. Este CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura, e sua vigência estará vinculada à do CONTRATO DE CONCESSÃO.

12.1.1. As PARTES concordam que, não obstante o disposto na Cláusula 12.1 acima, enquanto o BANCO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

DEPOSITÁRIO não for devidamente notificado sobre o fim da vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, a remuneração prevista na Cláusula 11.4 continuará sendo cobrada.

- 12.1.2. Extinto o presente CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir qualquer saldo remanescente que ainda exista na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO para a CONTA CENTRALIZADORA. Uma vez que o saldo da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO esteja zerado, a CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO será automaticamente encerrada, ficando o BANCO DEPOSITÁRIO desde já autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.
- 12.1.3. As PARTES concordam que o BANCO DEPOSITÁRIO tem o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para iniciar a operacionalização deste CONTRATO, contado da data em que o BANCO DEPOSITÁRIO receber a sua via assinada deste CONTRATO e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada.

13. PENALIDADES

- 13.1. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso deixe de cumprir qualquer disposição do presente CONTRATO, na forma e/ou no prazo aqui estabelecidos, estará sujeita ao pagamento de indenização por perdas e e/ou danos eventualmente incorridos pelas demais PARTES.
- 13.2. As PARTES concordam que as penalidades previstas nessa Cláusula 13 poderão ser exigidas independentemente e sem prejuízo das demais penalidades previstas nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.
- 13.3. A exigência de qualquer penalidade prevista nessa Cláusula 13 não impede a PARTE prejudicada de exigir o cumprimento da obrigação descumprida, tampouco isenta a CONCESSIONÁRIA do cumprimento de tal obrigação.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. O presente CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores.
- 14.2. As disposições do CONTRATO DE CONCESSÃO e de seus ANEXOS complementam o presente CONTRATO, para efeitos de interpretação e perfeito entendimento dos negócios aqui tratados.
- 14.3. Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer cláusula do presente CONTRATO, a PARTE prejudicada poderá exigir da PARTE inadimplente, se cabível, a execução específica da obrigação devida.
- 14.4. Qualquer alteração ao presente CONTRATO somente será considerada válida, exigível e eficaz se feita por escrito e assinada por todas as PARTES ou seus sucessores.
- 14.5. Os direitos de cada PARTE previstos neste CONTRATO: (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO; e (ii) só admitem renúncia específica e por escrito.
- 14.6. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente CONTRATO não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 14.7. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente CONTRATO.
- 14.8. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada inválida e/ou ineficaz, as PARTES deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos.
- 14.9. As comunicações a serem enviadas por quaisquer das PARTES nos termos deste CONTRATO deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:
- a. Se para o PODER CONCEDENTE: [■]
 - b. Se para a AGÊNCIA REGULADORA: [■]
 - c. Se para a CONCESSIONÁRIA: [■]
 - d. Se para o BANCO DEPOSITÁRIO: [■]
- 14.9.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas mediante protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços indicados na Cláusula 14.9 acima.
- 14.9.2. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).
- 14.9.3. A mudança de qualquer dos endereços indicados na Cláusula 14.9 acima deverá ser comunicada às demais PARTES pela PARTE que tiver seu endereço alterado, em até 3 (três) dias contados de tal ocorrência.
- 14.10. Fica vedada a cessão dos direitos e a transferência das obrigações decorrentes deste CONTRATO sem anuência das demais PARTES, ressalvada as hipóteses de o BANCO DEPOSITÁRIO ceder total ou parcialmente seus direitos a empresa pertencente ao seu conglomerado econômico, desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste CONTRATO.
- 14.11. O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela PARTE definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.
- 14.12. Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
- 14.13. As PARTES elegem o foro da Comarca de [■], Estado de [■], para dirimir quaisquer questões oriundas deste CONTRATO.

As PARTES firmam o presente CONTRATO em [■] ([■]) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

[local], [•] de [•] de [•]

[Página de assinaturas a seguir]



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas – CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, celebrado em [•] de [•] de [•])

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS - SPI

Por: [•]
Nome: [•]
Cargo: [•]

AGÊNCIA REGULADORA

Por: [•]
Nome: [•]
Cargo: [•]

CONCESSIONÁRIA

Por: [•]
Nome: [•]
Cargo: [•]

BANCO DEPOSITÁRIO

Por: [•]
Nome: [•]
Cargo: [•]

Testemunhas:

1.

Nome: [•]

2.

Nome: [•]



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

RG nº: [■]

CPF nº: [■]

RG nº: [■]

CPF nº: [■]